



Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

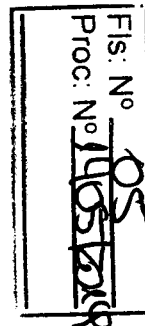
ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

PROCURADORIA GERAL

Barueri, 06 de agosto de 2019

PARECER JURÍDICO

075/2019



De: Procuradoria Geral.

Para: Presidente, Secretaria Legislativa, Comissão de Justiça e Redação, Comissão de Finanças e Orçamento e Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social.

Ref.: PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 016/2019.

Autoria: EXECUTIVO MUNICIPAL.

Dispõe sobre:

"ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 434, DE 14 DE AGOSTO DE 2018, QUE ESTRUTURA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS DE BARUERI E O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE BARUERI - IPRESB".

Considerações iniciais

Trata-se de Projeto de Lei Complementar de autoria do Chefe do Poder Executivo Municipal que tem por fim alterar a lei complementar nº 434, de 14 de agosto de 2018, que estrutura o Regime Próprio de Previdência Social – RPPS de Barueri e o Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Barueri - IPRESB.

De acordo com a Mensagem nº 28/19 "A presente proposição tem por objetivo a transferência do pagamento do salário-maternidade, auxílio

CÂMARA MUNICIPAL DE BARUERI

09-08-2019 14:58 002323 1/2





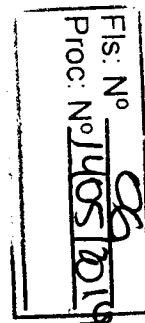
Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

PROCURADORIA GERAL

doença, o salário família e o correspondente abono anual aos entes empregadores do Município de Barueri, com a efetiva compensação financeira quando do recolhimento da contribuição básica", que possibilitará a manutenção dos descontos referentes à contribuição sindical, convênio médico e odontológico, que não possíveis de desconto quando o servidor recebe por meio de benefício do IPRESB.



Portanto, a medida busca assegurar ao servidor melhores condições para manter as suas contas em dia, ainda quando estiver recebendo os benefícios previdenciários.

A propósito, referida proposição coaduna com as intenções do projeto de lei nº 052/2019, também em tramitação, que pretende dar melhores condições aos servidores em relação ao prazo e ao montante de desconto em folha com empréstimo consignado, sendo que ambos os projetos constituem legítimos benefícios aos servidores municipais.

Da competência legislativa

A entidade autárquica (IPRESB) não possui a prerrogativa de criar o próprio direito, porquanto tal capacidade legislativa apenas é atribuída as pessoas públicas políticas.

Nesse contexto, as autarquias, em abstrato, têm o poder de autoadministração, nos limites estabelecidos em lei.

Portanto, a competência de iniciativa legislativa de leis que disponham sobre: *criação, transformação ou extinção de cargos, funções ou empregos públicos da Administração Direta e Autárquica ou alteração de vencimento ou vantagens do servidor é exclusiva do Prefeito, ou seja, trata-*





Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

PROCURADORIA GERAL

se de matéria reservada ao Chefe do Poder Executivo, consoante inciso I, do artigo 60, da Lei Orgânica do Município de Barueri – LOMB.

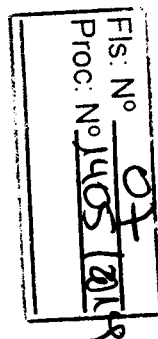
Deste modo, sob o ângulo formal, o Chefe do Poder Executivo age estritamente dentro de sua esfera de competência legislativa, inexistindo o chamado vício formal propriamente dito, em seu aspecto subjetivo, decorrente da inobservância do devido processo legislativo, uma vez que a matéria objeto dessa propositura, é de sua competência exclusiva.

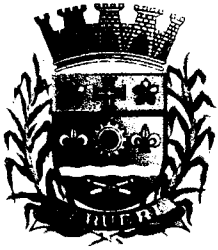
Além disso, tratando-se de Lei Complementar ressalte-se, talvez pela relevância ou mesmo por mera opção do legislador, deve se submeter a regime especial de votação, dependendo para a sua aprovação do voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara (quórum qualificado), de acordo com o parágrafo único, do artigo 58, da Lei Orgânica do Município de Barueri - LOMB.

Da alteração da Lei

De acordo com a Lei e Introdução às Normas e Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro e 1942), *não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue; e a lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior. (caput e §1º, o artigo 2º).*

A revogação da lei pode ser parcial ou total, quando parcial denomina-se derrogação, que é quando apenas parte da lei é extinta, quando se tratar de revogação total, com a extinção por completo da lei, dá-se o nome de ab-rogação.





Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

PROCURADORIA GERAL

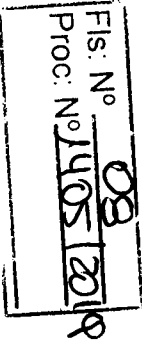
No presente caso, a alteração tem por escopo derrogar expressa e parcialmente a lei complementar nº 434, de 14 de agosto de 2018, isso porque pretende apenas modificá-la, mantendo a sua vigência.

A par disso, para a revogação da lei, deve-se observar as mesmas regras legislativas necessárias à sua criação, tais como o quórum de aprovação, forma de votação e apreciação pelas mesmas comissões legislativas, de acordo com sua natureza.

Considerações finais

Portanto, referido Projeto atende aos requisitos legais de competência (artigo 12, artigo 13, inciso I, alínea "g", artigo 19, inciso III, alínea "e", todos da LOMB), iniciativa e admissibilidade (artigos 58, "caput", artigo 60, inciso VI, ambos da LOMB; artigo 135, parágrafo único, inciso III e artigo 136, alíneas "a", todos do Regimento Interno - RI), não havendo óbice à sua regular tramitação, devendo observar o processo legislativo a seguir:

- a) **Parecer da Comissão de Justiça e Redação** (artigo 50, §1º, do RI);
- b) **Parecer da Comissão de Finanças e Orçamento** (artigo 50, §2º, do RI);
- c) **Parecer da Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social** (artigo 50, §4º, do RI);
- d) **Discussão Única** (artigo 47, da LOMB e artigo 173, §2º, do RI);
- e) **Quórum de maioria absoluta dos membros da CMB** (artigo 50, inciso I, alínea "e", da LOMB e artigo 185, inciso VI, do RI);





Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

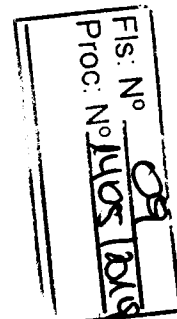
ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

PROCURADORIA GERAL

f) Votação Nominal (artigo 189, §3º, alínea "c", do RI).

S.M.J., este é o parecer e o entendimento desta procuradoria

Geral.




LUCAS RAFAEL NASCIMENTO
Procurador-Geral
OAB/SP nº 264.968

A Secretaria Geral – por meio de sua Assessoria – no uso de suas respectivas atribuições, notadamente em relação a prestação de assessoria à Mesa Diretora e ao Presidente da Câmara, DÁ-SE POR CIENTE dos termos deste Parecer.


MARCOS PEREIRA DA SILVA
Assessor da secretaria-geral

